



GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Os habitantes do fundo das águas e as pressões socioambientais na Ilha do Bananal/TO, Brasil

Autoria: Maria do Carmo Pereira dos Santos Tito, Odair Giralдин - (Professor PhD do Curso de Doutorado em Ciências do Ambiente/UFT)

O artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins. Trata de um estudo junto ao povo indígena Javaé, habitantes da maior ilha fluvial do mundo: a Ilha do Bananal, formada pelos rios Araguaia e Javaé, caracterizada pela exuberante biodiversidade de exemplares da fauna, da flora e povos tradicionais que compõem esta faixa de transição cerrado/floresta amazônica. O povo Javaé concentram suas aldeias à margem direita do rio que leva o mesmo nome da etnia e se autodenominam como "habitantes do fundo das águas". São falantes de uma variação dialetal da língua Karajá, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Embora os primeiros contatos com os não-indígenas remontem ao século XVI, este povo permaneceu relativamente isolado até o início do século XX, quando as pastagens naturais da ilha chamaram a atenção dos criadores de gado, que paulatinamente começou a introduzir grandes rebanhos no seu interior mediante o arrendamento de terras na reserva indígena. Cabe ressaltar que na atualidade este povo tem demonstrado uma surpreendente capacidade para lidar com as adversidades que o contato com a sociedade não-indígena lhes impuseram, buscando manter aspectos fundamentais de sua cultura, dialogando com o que se apresenta como novo sem desconfigurar totalmente suas essências. É na interface desse espaço de rica biodiversidade, habitada por povos indígenas pressionados pelo avanço da pecuária, mas que buscam preservar a sua cultura, que esta pesquisa se insere. Busca-se compreender como o povo indígena Javaé se relaciona e mantém seus saberes diante dos impactos socioambientais vigente. Discute-se quais seriam os referenciais culturais dos Javaé diante das pressões socioambientais que os afetam. Cabe ressaltar que do lado tocantinense da ilha existem grandes projetos de lavouras irrigadas. Mais ainda, que há uma



forte pressão econômica para que seja criada uma rodovia perpassando a ilha, interligando Tocantins ao Mato Grosso e permitindo o escoamento de grãos através da ferrovia norte-sul. A preocupação com esta temática foi sendo construída a partir de viagens de campo empreendidas ao longo dos últimos anos, onde foi possível fazer observações iniciais sobre a forma peculiar de como este povo tradicional concebe o ambiente à sua volta. É um pouco dessas experiências, das reflexões teóricas e dos debates que temos travado em torno das questões que envolvem a pressão socioambiental na ilha do Bananal, em particular frente a povo indígena Javaé, que pretendemos trazer de contribuição para este Grupo de work.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**